

Célio Azevedo



Na reunião da CAE, Osmar Dias (E), José Agripino, Antonio Carlos Júnior, Neuto de Conto, Flexa Ribeiro, César Borges e Serys

Recursos do FAT poderão remunerar estágios

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto de José Agripino que permite o uso de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para remunerar estágios em universidades e empresas. A proposta, que será examinada agora pela Comissão de Educação, cria uma bolsa de aperfeiçoamento profissional no valor de R\$ 200 mensais. Também foi acolhido pela CAE projeto de Lúcia Vânia que beneficia os universitários financiados pelo Fies desde que estejam em dia com seus pagamentos. **Página 3**

Hage defende marco regulatório para ONGs



Acompanhado de assessores, Hage (3º à esq.) fala à CPI das ONGs, presidida por Raimundo Colombo (ao lado de Inácio Arruda, à dir.)

Jane Araújo

A maioria das irregularidades na ação das ONGs decorre da falta de marco regulatório para o setor, segundo a Controladoria Geral da União. **Página 7**

Tião Viana espera acordo rápido para verba da saúde

Presidente interino do Senado prevê para as próximas horas entendimento sobre regulamentação da Emenda constitucional 29. **Página 5**



Leopoldo Silva

Tião Viana afirma que ministro da Saúde busca entendimento com área econômica

Atraso em vôos adia votação na CPI

A CPI do Apagão Aéreo adiou para hoje a votação do relatório de Demostenes Torres que pede indiciamento de 23 pessoas. **Página 2**

Alvaro requer a "CPI do Corinthians"

Alvaro Dias e Sílvio Torres protocolaram requerimento de criação de CPI mista para investigar irregularidades em clubes de futebol. **Página 6**



Meirelles: superávit será mantido mesmo sem CPMF

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, disse que o país apresenta resistência para enfrentar processo de desaceleração da economia mundial. Afirmou que

a política de superávit não será sacrificada em caso de não-renovação da CPMF e recomendou aos consumidores que evitem usar o cheque especial. **Página 7**



José Cruz

Ao lado de José Maranhão (D), Henrique Meirelles debate com parlamentares de diversas comissões do Congresso Nacional

Documento de Demostenes Torres pede indiciamento de 23 pessoas em crimes de formação de quadrilha, improbidade administrativa, lavagem de dinheiro e falsidade

Atraso em vôo adia para hoje votação de relatório de CPI

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo adiou para hoje, às 11h, a votação do seu relatório final, que seria apreciado ontem. O motivo, conforme o presidente do colegiado, senador Renato Casagrande (PSB-ES), é que três integrantes da comissão – os senadores Valdir Raupp (RO), Wellington Salgado (MG) e Romero Jucá (RR), todos do PMDB – telefonaram para o presidente da CPI solicitando o adiamento da reunião, porque estavam enfrentando problemas para embarcar e chegar a tempo para a votação do relatório.

– Esta é mais uma prova de que o apagão aéreo está mesmo instalado e caracterizado em todo o país – ironizou o relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO), ao tomar conhecimento dos motivos do adiamento da reunião.

Na ocasião, Demostenes afastou qualquer hipótese de a ausên-



Para Demostenes, base do governo tudo fará para rejeitar seu “trabalho isento”

cia justificada dos três senadores servir de pretexto para impedir a votação do relatório, apesar de garantir que a base do governo “tudo fará para rejeitar” o seu trabalho, que, garantiu, “é isento”.

Conclusões

O relatório de 85 páginas que Demostenes apresentou na semana passada à comissão de inquérito recomenda o indiciamento de

23 pessoas, por envolvimento em crimes de formação de quadrilha, improbidade administrativa, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica. Daquele total, 21 pessoas são ligadas à Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), incluindo o deputado federal Carlos Wilson (PT-PE), que presidiu a estatal de 2003 a 2005. Demostenes também pede o indiciamento de Denise Abreu, ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O relatório ainda solicita à Polícia Federal e ao Ministério Público que investiguem empreiteiras contratadas para realizar obras e serviços em aeroportos brasileiros, suspeitas de irregularidades. Numa estimativa que considera “conservadora”, o relator aposta que as fraudes podem ter causado prejuízos aos cofres públicos de mais de R\$ 500 milhões.

Camata: empresas aéreas estrangeiras em rotas internas

Preocupado com a disparidade dos preços oferecidos pelas companhias aéreas brasileiras para rotas do mercado interno, Gerson Camata (PMDB-ES) anunciou ontem que apresentará projeto de lei permitindo que empresas aéreas estrangeiras explorem esse serviço no Brasil. Na avaliação do senador, a medida provocará a concorrência com as empresas nacionais, disciplinando o setor e melhorando os serviços.

Camata argumentou que “a

especulação e a confusão” sobre preços de passagens pelas companhias brasileiras atingem “de forma absurda” os valores de passagens entre rotas internas, de modo que trechos como Rio de Janeiro-Vitória e Vitória-Rio de Janeiro tenham 79 opções de preços, dependendo do horário.

– Existem passagens nessa rota que vão de R\$ 250 a R\$ 1,4 mil – disse o senador, ao observar que o consumidor nem sequer sabe a quem reclamar.



Disparidade dos preços oferecidos pelas companhias brasileiras preocupa Camata

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pauta do Plenário pode ser destrancada

Às 14h, os senadores retomam as negociações para destrancar a pauta, cujo primeiro item é a medida provisória (MP 386/07) que reabre o prazo de opção para integrar as carreiras da Previdência, da Saúde e do Trabalho.

Fim da cobrança de pontos adicionais de TV a cabo

Às 8h45, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) reúne-se para votar substitutivo a projeto que altera a Lei do Cabo (Lei 8.977/95), a fim de vedar a cobrança de pontos

adicionais de serviços residenciais de TV a Cabo. Há ainda 28 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de radiodifusão.

Crime organizado e práticas ambientais em debate

Começam às 9h o Seminário de Boas Práticas Ambientais do Legislativo e o 1º Simpósio sobre o Combate ao Crime Organizado,

Lavagem de Dinheiro, Recuperação de Ativos de Origem Ilícita no Exterior, Corrupção e o Combate ao Tráfico Internacional de Drogas.

Tratados internacionais e voto de repúdio

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) vota, às 10h30, seis projetos sobre tratados e acordos internacionais. Também em pauta voto

de repúdio à decisão da promotoria britânica de inocentar os policiais envolvidos no assassinato do brasileiro Jean Charles de Menezes.

Prorrogação da CPMF é tema de audiência pública

Às 10h, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) reúne-se em audiência pública para instruir a proposta de emenda à Constituição que trata da prorrogação da CPMF e da DRU (PEC 89/07). Entre os

convidados para o debate estão os ex-ministros da Fazenda Pedro Malan e Antonio Palocci. Às 15h, a CCJ dará continuidade à discussão com o advogado tributarista Ives Gandra Martins, entre outros.

CPI das ONGs e Orçamento

Às 9h, a CPI destinada a apurar a liberação, pelo governo federal, de recursos para ONGs e Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) reúne-se para votação de requerimentos. Às 14h30, está marcada a reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Combate à pirataria

A Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da Comissão de Educação (CE) discute, às 10h, o anteprojeto de combate à pirataria na indústria. Às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa pauta de dez itens.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Virgínia Galvez

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Tião Viana, Alvaro Dias, Gerson Camata, César Borges, Papaléo Paes, Antonio Carlos Valadares e Gilvam Borges

Médicos e dentistas poderão ter exames de forma seriada

Os exames de proficiência para o exercício das profissões de médico e dentista poderão ser feitos de forma seriada – e não apenas em uma única prova, ao final do curso. A possibilidade foi defendida ontem pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP), durante audiência pública da Comissão de Educação (CE) destinada a debater os projetos de Lei do Senado 217/04, de Tião Viana (PT-AC), e 102/06, da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que tratam da implantação dos exames.

Autor do requerimento para a realização da audiência e relator do PLS 102/06, Papaléo criticou a liberalidade do governo em relação à abertura de novas escolas de Medicina e alertou para a ação dos “mercenários da educação”. Ele lamentou ainda a situação atual do ensino nas universidades públicas. Mesmo assim, Papaléo acredita que seria “punitiva” a realização de uma única prova de proficiência ao final de cursos deficientes.

– Estamos de acordo com uma avaliação, mas não uma avaliação cruel. Precisamos buscar alternativas – sugeriu o parlamentar.

Comum

O secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação, Ronaldo Mota, observou que a realização de provas de proficiência, em diversas profissões, é cada vez mais comum no mundo – fato igualmente ressaltado pela chefe de divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores, Almerinda Augusta de Freitas Carvalho. Mota

classificou de “incrivelmente baixo” o número de pessoas formadas na população economicamente ativa, de 5 a 6 milhões de profissionais. Alertou para o fato de precisar aumentar esse número, mas “com qualidade”.

O secretário-geral do Conselho Federal de Odontologia, Marcos Luís Macedo de Santana, disse ser “equivocada” a realização de uma prova de proficiência. Segundo o secretário, o conselho não pretende ser visto como “alço da sociedade”, ao reprovar candidatos a exercer a profissão de dentista.

“Teste de progresso”

O diretor de Proteção ao Paciente, da Associação Médica Brasileira, Elias Fernando Mizziara, também foi contrário a um único exame. Ele elogiou a experiência do “teste de progresso” que vem sendo realizado em algumas universidades brasileiras, por meio do qual o aluno é avaliado ao longo do curso. Por sua vez, o corregedor adjunto do Conselho Federal de Medicina, José Fernando Maia Vinagre, defendeu a inclusão em lei de testes de proficiência em português para médicos estrangeiros que desejem atuar no Brasil.

Serys Slhessarenko disse que sua preocupação principal é com o usuário dos serviços médicos e odontológicos. Caso a realização de um único exame não seja a forma mais adequada, ponderou, alternativas poderão ser buscadas.

– O que não pode é se deixar como está. É a vida das pessoas que está em jogo – ressaltou a senadora.



Presidente da Comissão de Educação, Cristovam (2º à dir.) dirige debate

Autor da proposta, José Agripino diz que intenção é qualificar jovens universitários, principalmente os mais pobres, ao mesmo tempo em que eles prestam serviços à sociedade por meio do estágio

Comissão aprova uso de recursos do FAT para remunerar estagiários

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o projeto de lei que permite o uso de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para remunerar estágios em universidades e empresas. De acordo com a proposta, seria criada uma bolsa de aperfeiçoamento profissional de R\$ 200 mensais, com reajustes anuais. O autor da matéria é o senador José Agripino (DEM-RN).

O projeto (PLS 177/02) ainda tem de ser votado na Comissão de Educação (CE) em caráter terminativo. Agripino declarou que o objetivo de sua proposição é qualificar jovens universitários, principalmente os mais pobres, ao mesmo tempo em que eles prestam serviços à sociedade por meio do estágio. Já o senador Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que é necessário implementar uma política de estágios no país, de forma a preparar os jovens de 16 a 24 anos e reduzir o desemprego nessa faixa etária.

Devido à ausência da senadora Ro-

seana Sarney (PMDB-MA), relatora do projeto, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) atuou como relatora *ad hoc*. Ao defender a aprovação da matéria, Ideli destacou que esses estágios seriam custeados pelo FAT da seguinte forma: 100%, quando realizados em universidades públicas; 75%, quando em universidades privadas ou micro e pequenas empresas; 50%, em outros tipos de empresas. Ela ressaltou, no entanto, que o estágio feito em universidade “deverá ser supervisionado por professor qualificado e não poderá ocorrer em grande centro urbano”.

Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) determinar as condições indispensáveis para o recebimento das bolsas.

Para implementar essas medidas, o projeto de lei promove alterações na Lei 7.998, de 1990. A proposta vinha tramitando em conjunto com outra, o PLS 52/03, do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que prevê a utilização do FAT para o financiamento de cursos de graduação, por intermédio de sindicatos de trabalhadores. Essa matéria, no entanto, recebeu de Ideli Salvatti voto pela rejeição.

Proposta beneficia com desconto alunos que pagam o Fies em dia

Aprovado ontem, pela Comissão de Assuntos Econômicos, projeto de lei que beneficia os universitários financiados pelo Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), desde que eles estejam em dia com seus pagamentos. De acordo com a proposta, o aluno que já tenha pago ao menos 75% da dívida com o Fies e não esteja atrasado nos pagamentos terá direito a desconto sobre o saldo devedor. A autora da matéria é a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e a relatora, na CAE, foi a senadora Ideli Salvatti.

Essa proposição – que tramita no Senado como PLS 124/07 – ainda terá que ser apreciada na Comissão de Educação (CE) em caráter terminativo. Se for aprovada nesse colegiado, será então enviada à Câmara.

Formas de desconto

O projeto apresenta duas opções para o estudante que está em dia com o Fies (e já pagou ao menos 75% da

dívida): ele receberá 5% de desconto nas parcelas que restam, desde que sejam pagas sem atraso, ou poderá pagar antecipadamente todo o saldo devedor, obtendo um desconto de 25%.

Ao justificar a proposta, Lúcia Vânia afirmou que sua intenção foi “premiar o bom pagador” e, assim, diminuir o nível de inadimplência do Fies. Ideli ressaltou que, com base no último relatório de gestão do fundo, elaborado pela Caixa Econômica Federal, agente operadora do Fies, a inadimplência registrada para os contratos ativos no exercício de 2006 foi de 15%.

O Fies foi criado em 1999 para substituir o Programa de Crédito Educativo. A Caixa Econômica Federal estima que o Fies beneficie atualmente mais de 400 mil estudantes universitários, com uma aplicação de recursos de aproximadamente R\$ 4,5 bilhões.



Osmar Dias (E), Agripino, Antonio Carlos Júnior e César Borges na reunião da CAE

Duração

De acordo com Ideli, a duração do estágio será de seis meses, podendo ser renovado uma vez. Além disso, o estagiário não poderá ter vínculo empregatício e nem direito previdenciário. Somente receberá a bolsa o estudante ou o trabalhador que não tiver outro meio de subsistência. A parlamentar destacou ainda que caberá ao Conselho Deliberativo do

Concessão de rodovias e empréstimo junto ao Bird em debate na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizará, em data a ser marcada, audiência pública sobre a concessão de rodovias no Brasil. Entre os convidados estão Alfredo Nascimento, ministro dos Transportes e Ubiratan Aguiar, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). A audiência foi solicitada pela líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC). Ela lembrou que a ANTT promoveu no último dia 9 um leilão de sete lotes de rodovias federais, em um total de 2,6 mil quilômetros de extensão.

A CAE também decidiu, a pedido do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que irá promover audiência pública para discutir um empréstimo que o município de Uberaba (MG) pretende contratar com o Banco Mundial (Bird). Esse financiamento seria de US\$ 17,27 milhões e teria a garantia do governo federal. A reunião ainda não tem data definida.

Senador nega envolvimento com empresa que teria deixado de repassar recursos ao Imposto de Renda na década de 70

Jefferson afirma que não é “chantageável”

“Canalhas de todos os matizes, eu não sou como vocês: ética para mim não é pose, não é bandeira eleitoral, não é construção artificial de imagem para uso externo.” A frase é do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que, em discurso no Plenário, negou ontem qualquer envolvimento com a Siderama (Siderurgia da Amazônia S/A), empresa que teria deixado de repassar ao governo, na década de 70, os recursos do Imposto de Renda retido na fonte de seus funcionários.

O discurso de Jefferson Péres foi motivado por matéria publicada pela revista *Veja* desta semana indicando que senadores teriam recebido material – um dossiê, contendo DVDs – com acusações contra ele.

O senador rechaçou as denúncias sobre o envolvimento dele com a fraude financeira que teria ocorrido na Siderama e disse não ser “chantageável” porque não tem “esqueletos no armário”.

Jefferson Péres é relator de



Foto: Genaldino Mergello

“Não cruzo minha espada com facão de bandido”, adverte Jefferson Péres

processo contra o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que investiga uma suposta aquisição de veículos de comunicação por meio de “laranjas”, em tramitação no Conselho de Ética.

Jefferson era diretor administrativo da Siderama 30 anos atrás. Pela já citada sonegação, todos os diretores da Siderama foram arrolados no inquérito aberto a pedido da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de quem recebia recur-

sos, mas apenas três – o diretor presidente, o diretor financeiro e o superintendente financeiro – foram formalmente acusados de ter conhecimento do esquema. Anos depois, segundo Jefferson Péres, até mesmo esses três foram isentados pelo Ministério Público.

– Se São Francisco de Assis e Jesus Cristo fossem diretores da Siderama, também teriam sido arrolados no inquérito – afirmou.

Explicações

Mais uma vez, Jefferson Péres se disse vítima de uma “campanha difamatória”, com notícias plantadas na imprensa. Também leu uma carta, assinada pelo senador Renan Calheiros, em que este nega ser autor do dossiê e reforça suas declarações anteriores sobre Jefferson Péres – “exemplo de coerência política, de lisura e honradez”.

– Quem são os autores dessa ignomínia? Imagino alguns, mas não vou apontar o dedo: primeiro, porque não tenho provas; e

segundo, porque não cruzo minha espada com facão de bandido – declarou Jefferson Péres.

O senador negou ainda que sua mulher seja funcionária do seu gabinete ou de qualquer outro na Casa, ou que tenha solicitado passagem aérea além da sua cota ao presidente do Senado. Leu trechos de cartas emitidas pelo diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, e pela chefe de gabinete da Presidência do Senado, Martha Lyra, nesse sentido, e até da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), negando haver qualquer investigação sobre sua vida pública ou privada na instituição.

Jefferson pediu ao presidente interino do Senado, Tião Viana, que a Corregedoria inicie investigação. Afinal, acredita, o dossiê citado por *Veja* “é uma peça de calúnia e difamação contra um membro do Senado”. A investigação foi autorizada por Tião Viana, e ficará a cargo do corregedor, Romeu Tuma (PTB-SP).

Suposto contador de Renan e Lyra vai depor hoje

Está marcado para a manhã de hoje o depoimento do economista José Hamilton Barbosa ao senador Jefferson Péres, relator da terceira representação contra o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros. Segundo a revista *Veja*, ele foi o contador da suposta sociedade secreta entre o senador e o usineiro João Lyra, entre 1999 e 2005.

Em entrevista à *Veja* desta semana, Barbosa disse que estaria disposto a fornecer informações a Jefferson. De acordo com a revista, o economista afirmou que a empresa *O Jornal* era de propriedade de Renan Calheiros e de João Lyra, e que cada um dos donos tinha um diretor administrativo para representá-lo. “Todo mundo sabia que o senador era dono de metade do jornal e da rádio”, teria dito Barbosa.

Assim como o depoimento do juiz da 16ª Vara Criminal de Maceió, Marcelo Tadeu Lemos de Oliveira, marcado para as 10h de hoje, o depoimento de José Hamilton Barbosa ocorrerá em sessão reservada e na presença apenas do relator da representação, às 10h40.

Virgílio se solidariza com relator e recebe apoio de dez senadores

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), classificou um suposto dossiê contra Jefferson Péres, que teria sido distribuído a senadores, de “peça de campanha eleitoral” e afirmou que se trata de uma tentativa de intimidação contra o colega, que é relator da terceira representação contra o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros.

Virgílio disse não esperar – e não aceitar – outra providência de Jefferson Péres que não seja o pedido de cassação de Renan por quebra de decoro parlamentar.

– Espero um relatório claro e firme. É impossível dizermos que não houve quebra de decoro. O que tem valor para mim é a crise em que a intransigência do senador Renan Calheiros de se manter na Presidência da Casa por todo aquele tempo mergulhou o Senado Federal. Isso, para mim, já configura claramente a quebra de decoro – declarou.

Em apertados, outros dez senadores cumprimentaram o líder do PSDB pelo discurso e prestaram solidariedade a Jefferson Péres, que, também em aparte, reafirmou que pedirá a cassação de Renan caso encontre elementos contra o presidente licenciado. Alvaro Dias (PSDB-PR) repudiou a “afronta” contra Jefferson, que classificou



Virgílio diz esperar que relatório de Jefferson seja pela cassação

de “qualificado, probo, dedicado, transparente e franco”.

Almeida Lima (PMDB-SE) classificou de “matéria ridícula” a reportagem publicada pela revista *Veja* sobre as acusações contra Jefferson. Osmar Dias (PDT-PR) ressaltou que Jefferson Péres é “um homem honrado, correto e que merece toda a con-

fiança do Senado e do país”.

Heráclito Fortes (DEM-PI) pediu providências da Corregedoria e da Presidência do Senado sobre uma possível “temporada de caça às bruxas” contra senadores.

Sérgio Guerra (PSDB-PE) afirmou que Jefferson Péres tem “o respeito de seus companheiros do Senado”.

Demostenes Torres (DEM-GO) disse ter certeza de que o colega fará “um relatório decente”. Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que as pessoas que “tentaram intimidar” Jefferson Péres são ignorantes”, pois o “caso Siderama” aconteceu há 30 anos, portanto fora do mandato de senador.

Papaléo Paes (PSDB-AP) disse que os senadores têm o dever de “normalizar as ações da Casa”. Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) enfatizou que Jefferson Péres é “uma figura emblemática no Senado, um homem íntegro e capaz”.



Renan: “Esse expediente repulsivo não cabe no meu caráter”

Renan nega ser responsável por dossiê contra Jefferson Péres

A assessoria do senador Renan Calheiros divulgou à imprensa a carta enviada pelo parlamentar ao senador Jefferson Péres assegurando não ser o responsável pela divulgação de um suposto dossiê com denúncias contra o pedetista. “Esse expediente repulsivo não cabe no meu caráter, formado a partir das maciças lições de vida e do exemplo de dignidade do meu saudoso pai, e de minha mãe”, afirma Renan na carta com data de 28 de outubro.

De acordo com a revista *Veja* desta semana, alguns senadores receberam um DVD contendo a denúncia da participação de Jefferson Péres numa fraude financeira em uma siderúrgica amazonense nos anos 70. Como o senador pelo PDT relata um dos processos enfrentados por Renan Calheiros no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, a imprensa cogitou a possibilidade de que o dossiê fosse peça de chantagem contra Jefferson Péres.

– Sei que a sua personalidade firme e a consciência do julgador imparcial, fiel ao princípio da persuasão racional da prova, não se deixam abalar pelas disputas regionais, pela histeria da imprensa ou por expedientes rasteiros de intimidação – afirma a carta de Renan.

Quintanilha diz ter recebido denúncia contra Maranhão

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), confirmou ontem que o senador José Maranhão (PMDB-PB) é alvo de uma denúncia encaminhada à Presidência do Senado, com cópias para o colegiado e o corregedor-geral Romeu Tuma (PTB-SP). A denúncia foi protocolada pela Associação Nacional de Defesa da Administração e do Erário Públicos, do Meio Ambiente, do Consumidor e do Cidadão (Andar), de João Pessoa.

– Se há um problema com o Imposto de Renda do senador, a Receita Federal deve estar verificando – afirmou Quintanilha, lembrando que qualquer denúncia tem de passar antes pela Mesa do Senado para ser transformada em processo no conselho.

Na reunião do dia 23, a Mesa decidiu que as representações por quebra de decoro protocoladas na Secretaria Geral seriam encaminhadas ao conselho sem prévio exame, mas a decisão ainda tem de ser referendada pelo Plenário. Isso será feito por meio da aprovação de emenda a projeto de resolução.

Casagrande: reeleição de Lula romperia ordem constitucional

Para Renato Casagrande (PSB-ES), a discussão sobre a possibilidade de se alterar a Constituição para conceder um terceiro mandato ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva esconde tentativa de romper a ordem constitucional. Em sua opinião, não há condições políticas para promover tal mudança, que não interessaria, a seu ver, nem ao próprio presidente.

– Nem eu nem o meu partido concordaríamos.

Na avaliação do líder do PSB, quem colocou esse assunto em pauta o fez por iniciativa própria.

Casagrande afirmou que



“Nem eu nem meu partido concordaríamos”, diz Casagrande

rompimento semelhante aconteceu há alguns anos, promovido e incentivado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, quando, durante o exercício do seu mandato, foi aprovada a emenda que lhe permitiu ser reeleito.

Heráclito acusa Wellington de violar responsabilidade fiscal

Heráclito Fortes (DEM-PI) apelou ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, para que oriente o governo do estado do Piauí sobre obrigações com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A lei estabelece normas de finanças públicas e de responsabilidade na gestão fiscal, e estaria sendo desobedecida pelo governador Wellington Dias.

Heráclito disse que o governo do Piauí deixou de quitar com bancos credores empréstimos consignados para servidores e aposentados, cujos nomes foram enviados ao Serasa na con-



Heráclito afirma que governo não repassou verba de empréstimos

dição de inadimplentes. Os servidores pagaram suas dívidas na folha de pagamento, mas o dinheiro não foi repassado pelo governo, conforme divulgou o Tribunal de Contas do estado, explicou o parlamentar.

Azeredo pede cautela sobre adulteração de leite em Minas

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) pediu ontem cautela a respeito das irregularidades encontradas em duas cooperativas de leite em Uberaba, no Triângulo Mineiro, e em Passos, no sudoeste do estado. O senador chamou a atenção para o perigo da generalização do problema da adulteração do leite – com a adição de soda cáustica e água oxigenada –, o que poderia prejudicar os produtores de Minas Gerais e as demais cooperativas que têm agido dentro da lei.

Embora defenda o aprimoramento da fiscalização para evitar novas fraudes,



Azeredo defende fiscalização, mas quer evitar a generalização

Azeredo afirmou que o estado – maior produtor de leite do país, com milhares de cooperativas de leite e pequenos e grandes produtores – não pode ser prejudicado por esse acontecimento localizado.

Presidente interino do Senado afirma que governo e oposição avançam nos entendimentos e ministro negocia com a área econômica

Acordo para saúde está próximo, prevê Tião Viana

O presidente interino do Senado, Tião Viana, prevê para as próximas horas um entendimento entre governo e oposição para votar a lei complementar que regulamentará a Emenda Constitucional 29, de 2000, que define os percentuais mínimos a serem aplicados pelo poder público em saúde.

– Espero para logo o entendimento final. O ministro José Gomes Temporão [da Saúde] está empenhíssimo em construir o acordo final com a área econômica do governo e eu acredito que é uma questão de horas ou dias a aprovação dessa lei complementar, em termos que signifiquem um grande avanço para a saúde pública no Brasil, ou seja, bilhões

de reais a mais para atender as necessidades de saúde do povo brasileiro.

Indagado se considera aceitável um aumento de R\$ 3 bilhões nos recursos hoje aplicados na área, Tião Viana disse que a variação nominal do PIB no exercício financeiro anterior já assegura à saúde mais R\$ 3,7 bilhões.

– Quando se colocam mais R\$ 3 bilhões, já estamos falando numa cifra de R\$ 6,7 bilhões a mais para a saúde pública, o que pode ser um ponto de partida para um avanço maior nos entendimentos – afirmou.

Tião Viana também explicou que, se o governo já acena com R\$ 6,7 bilhões num momento em que a oposição fala em R\$ 8 bilhões, o cenário de ne-

gociação mostra que está muito próximo um acordo. Questionado sobre a ideia do PSDB de condicionar a votação da CPMF à retirada da proposta da TV pública da pauta de votações, o presidente interino do Senado recomendou o diálogo para que se chegue ao entendimento.

– A negociação da CPMF é uma prerrogativa do governo e da oposição e ela tem que se dar com muito entendimento e serenidade.

Questionado se não falta ao PSDB vontade política para votar a CPMF, Tião Viana respondeu negativamente e previu que cada um vai fazer seu esforço para avançar mais no que interessa aos seus propósitos de partido.



Osmar sugere mudanças na proposta em exame no Senado

Osmar é contra uso da CPMF para pagar dívida

Osmar Dias (PDT-PR) defendeu modificações na proposta de emenda à Constituição (PEC 89/07) que prorroga até 2011 a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a Desvinculação de Receitas da União (DRU).

– O que o governo faz é tirar da CPMF recursos da saúde e da seguridade social referentes aos 20% da DRU, para pagar juros da dívida e aumentar a reserva cambial do país. Propomos que o governo não aplique a DRU sobre a CPMF – sugeriu o senador.

Valadares propõe redução de alíquotas até 2011

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu a redução da alíquota da CPMF até 2011, como forma de garantir que a reforma tributária seja de fato concluída. O parlamentar recordou que o Senado já aprovou proposta de reforma tributária, enviada à Câmara, onde não obteve consenso entre os governos federal e estaduais e, por isso, não avança.

Valadares lembrou que o projeto de reforma tributária do próprio governo ainda não foi enviado ao Congresso porque não há consenso em torno dele.



Valadares cobra esforço para se fazer uma reforma tributária

Crise requer um novo modelo, afirma Alvaro

A necessidade de se debater um novo modelo para a saúde pública não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, foi defendida por Alvaro Dias (PSDB-PR). O senador comentou que a crise já atinge até o país que mais investe no setor, os Estados Unidos.

– Os Estados Unidos investem 22% a mais em saúde pública do que o segundo colocado, Luxemburgo. Investem 49% a mais que a Suíça, que está na terceira posição, e duas vezes e meia mais do que os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Se num país como os Estados Unidos, que investem tanto, a crise chegou a um nível tão dramático, imagine no Brasil, que em 2003, primeiro ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva, investiu, *per capita*, R\$ 176 – comparou.



Tião Viana, na Presidência do Senado, cumprimenta senadores espanhóis

Espanhóis mostram a colegas brasileiros avanço do turismo

Uma delegação de senadores espanhóis esteve ontem no Plenário do Senado e na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Eles integram a Comissão da Indústria, Comércio e Turismo do Senado daquele país. Estiveram presentes à reunião a presidente da CDR, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), e os senadores Adelmir Santana (DEM-DF), João Pedro (PT-AM), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O senador espanhol Francisco Xabier Albistur Marin afirmou que o turismo é um importante motor da economia do país, respondendo por 11% do PIB nacional.

– O turismo também tem um papel importante no desenvolvimento da infra-estrutura – disse Marin, ao mencionar o projeto de um trem de alta velocidade em desenvolvimento na Espanha.

Hoje, às 12h, a delegação visita a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Senado recebe da Câmara mais três medidas

Foram lidos em Plenário um projeto de lei de conversão e duas medidas provisórias que já chegaram ao Senado com prioridade de votação. O PLV 33/07 foi oferecido à MP 387/07, que estipulou regras para estados e municípios receberem recursos federais a serem aplicados em ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Já a MP 388/07 alterou a regulação do trabalho aos domingos e feriados no comércio, enquanto a MP 389/07 criou a carreira de Analista de Infra-Estrutura e o cargo efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior.

CCJ aprova cinco emendas ao PPA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem as cinco emendas que apresentará ao Plano Plurianual (PPA) de 2008 a 2011.

As emendas propõem investimentos de R\$ 145 mil para construção e ampliação de unidades da Polícia Federal; de R\$ 800 mil para construção de prisões estaduais; de R\$ 520 mil para reaparelhamento das instituições de Segurança Pública; de R\$ 242 mil para o Serviço Penitenciário Federal; e de R\$ 36 mil para implementação de Núcleos de Defensoria Pública Especializados.

Alvaro Dias e Sílvio Torres protocolam requerimento para criar comissão destinada a investigar irregularidades envolvendo clubes de futebol

Parlamentares requerem a "CPI do Corinthians"

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) e o deputado Sílvio Torres (PSDB-SP) protocolaram ontem, na Mesa do Congresso, requerimento de criação de comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) para investigar operações financeiras suspeitas envolvendo clubes de futebol, seus jogadores e empresários.

O foco inicial da CPI é a suspeita de que jogadores do Sport Club Corinthians Paulista teriam recebido seus salários em contas no exterior para evitar o pagamento de impostos, cometendo crimes de evasão de divisas e sonegação fiscal, por meio do contrato entre o clube e a empresa MSI (Media Sports Investment). A comissão já está sendo chamada pela mídia de



Alvaro: objetivo é verificar ocorrência de crimes diversos

"CPI do Corinthians".

– A CPI pretende investigar clubes, empresários e jogadores para verificar a ocorrência de crimes de lavagem de dinheiro, evasão fiscal, sonegação de impostos e crimes contra a ordem tributária – explicou Alvaro Dias.

O requerimento conta com a assinatura de 38 dos

Fotos: Gerardo Magela

81 senadores e 209 dos 513 deputados. Para a abertura de uma investigação, são necessárias as assinaturas de 171 deputados e 27 senadores. Para a instalação definitiva da comissão, o requerimento precisa ser lido em sessão conjunta do Congresso.

O senador também disse estranhar a suposta movimentação da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para convencer parlamentares a retirarem a assinatura do documento. Representantes da CBF argumentam que a investigação seria prejudicial à imagem do país, que sediará a Copa de 2014.

– Se há algo a esconder, isso fortalece o trabalho da CPI – observou Alvaro Dias.

Casagrande comemora escolha para sediar Copa

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) comemorou a escolha do Brasil para sede da Copa do Mundo de 2014, anunciada em cerimônia da Fifa, realizada ontem em Zurique, Suíça. Casagrande adiantou a intenção do governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, de reformar o estádio Rio Branco e colocar o estado na disputa para sediar jogos do mundial de futebol.

– A Copa do Mundo só dura 30 dias, mas o país terá que se preparar para a competição e receber investimentos em infra-estrutura esportiva, que acabarão se revertendo em prol da segurança, da urbanização, do turismo – comentou.

Outra preocupação demonstrada pelo senador é com a democratização do acesso à competição. Segundo sustentou, é preciso criar condições para facilitar a ida dos brasileiros aos jogos.

Magno Malta comemora projeto de vilas olímpicas



Malta destaca informação confirmada por Mares Guia

tucionais, Walfrido Mares Guia, durante reunião com a bancada do Espírito Santo.

O senador condenou ainda as recentes declarações do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, sobre a relação entre criminalidade e proibição do aborto. Segundo Magno Malta, "muitas pessoas de comunidades carentes se ofenderam".

Magno Malta (PR-ES) comemorou ontem a construção de vilas olímpicas em duas cidades do estado, Cachoeiro de Itapemirim e Nova Venécia. A informação teria sido confirmada pelo ministro de Relações Insti-

Expedito Júnior defende plantio de cana na Amazônia

Expedito Júnior (PR-RO) agradeceu a presença de Sibá Machado (PT-AC) em Porto Velho, na última sexta-feira, participando de seminário sobre desenvolvimento regional. O senador pediu que Sibá, suplente da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, consiga convencê-la a não tomar a decisão, "numa canetada", de proibir o plantio de cana-de-açúcar na Amazônia.

Expedito Júnior pediu que o plantio de cana seja discutido com a sociedade e também avaliado em zoneamento que leve em conta aspectos sociais, econômicos e ecológicos. Lembrou que em Rondônia há duas usinas de álcool "praticamente prontas". Ele destacou também a presença, no seminário, da senadora



Expedito Júnior pede que medida seja discutida com a sociedade

Fátima Cleide (PT-RO) e do ministro das Cidades, Márcio Fortes. A presença de todos eles, acrescentou, permitiu abrir a discussão sobre o assunto.

Em aparte, Sibá disse que a ministra determinou que se fizesse o zoneamento ecológico, econômico e social da região, para determinar as possíveis áreas de plantio.

Sibá sugere produção de álcool a partir da mandioca

A utilização de tubérculos ricos em amido, a exemplo da mandioca e da batata-doce, como matéria-prima para a produção de álcool no país, foi sugerida por Sibá Machado (PT-AC). Apresentando vários produtos do processamento de mandioca em usina experimental da Universidade Estadual Paulista (Unesp), o senador listou vantagens do cultivo da planta para a produção de álcool em comparação com a cultura da cana-de-açúcar.

Uma das principais vantagens apontadas por Sibá seria a possibilidade de empregar em larga escala famílias de assentados da reforma agrária nas lavouras de mandioca, ao contrário do que ocorre nos canaviais, onde a tendên-



Sibá propõe debate com técnicos para melhorar produtividade

cia é de mecanização total da atividade. Ele destacou as propriedades superiores do álcool feito a partir da fécula de mandioca, no que se refere a produção de perfumes, bebidas e alguns tipos de alimentos.

O senador sugeriu debate com técnicos da Embrapa sobre a possibilidade de aumentar a produtividade das lavouras de mandioca.



"É preciso alterar isso porque o país tem petróleo em toda parte"

Paulo Duque quer cobrança de ICMS sobre petróleo e energia elétrica

O senador Paulo Duque (PMDB-RJ) defendeu ontem, em Plenário, proposta de sua autoria que acaba com a proibição de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Servi-

ços (ICMS) pelos estados produtores de petróleo e energia elétrica.

Segundo o artigo 155 da Constituição federal, a possibilidade de cobrar esse tributo só é dada aos estados consumidores des-

ses produtos.

– É preciso alterar isso porque o Brasil tem petróleo em toda parte – advertiu.

A questão foi suscitada por Paulo Duque durante comentário sobre o pro-

cesso de fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. O peemedebista lembrou que a medida foi estabelecida pela Lei Complementar 20/74, que nunca foi regulamentada.

Paulo Duque considerou

que os governantes pós-fusão fizeram todo o possível para romper os desafios do processo. Mas ponderou, em seguida, que hoje a cidade do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, necessita de recursos.



Hage (E), Raimundo Colombo, presidente da CPI, e o relator, Inácio Arruda

Ministro Jorge Hage sugere marco regulatório para ONGs

Em audiência pública realizada ontem a respeito do papel das organizações não-governamentais (ONGs), o ministro da Controladoria Geral da União (CGU), Jorge Hage, enfatizou a necessidade de se elaborar um marco regulatório para o setor. Segundo ele, a maioria das irregularidades constatadas na atuação de entidades desse tipo é ocasionada mais por aspectos formais, decorrentes de falhas causadas pela fragilidade da legislação, do que por aspectos dolosos, como a tentativa de fraudar o sistema para receber recursos da União.

O ministro participou de audiência pública promovida pela CPI criada para investigar a liberação de recursos públicos para as ONGs e para as organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips). Hage elogiou vários dispositivos do decreto que estabelece normas relativas às

transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse (Decreto 6.170/07), mas defendeu uma legislação complementar ao decreto.

O relator da CPI das ONGs, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), destacou que é problemática a forma de relacionamento entre o Estado e o terceiro setor no Brasil. Já Alvaro Dias (PSDB-PR) observou que a CPI terá um trabalho árduo voltado para o aprimoramento da legislação da área.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) observou que a maioria das ONGs não cumpre a exigência de prestação de contas dos repasses e, “mesmo assim, continuam a receber recursos”, criticou. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse a Jorge Hage que espera da CGU “impessoalidade, grandeza e magistratura” na sua missão de proteger o Estado.

Paulo Bernardo poderá falar sobre repasses de recursos

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, será convidado a apresentar aos senadores da CPI das ONGs os problemas detectados no repasse de recursos públicos a entidades privadas sem fins lucrativos. Requerimento nesse sentido, do relator da comissão, Inácio Arruda (PCdoB-CE), foi aprovado ontem pelo colegiado. Também receberam aprovação 45 requerimentos, em que o relator solicita informações a diversos órgãos públicos e convida autoridades, como o presidente do Tribunal de Contas da União, a falarem à CPI.

A CPI deve votar hoje outros 21 requerimentos, como o do senador Flexa

Ribeiro (PSDB-PA), que propõe a convocação do militar Mainard Santa Rosa para esclarecer informações prestadas por ele à imprensa sobre a atuação de entidades na Amazônia que teriam “interesses ocultos como tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, tráfico de armas e de pessoas e até espionagem”.

Ainda em pauta cinco requerimentos de Sibá Machado (PT-AC), entre os quais o que sugere convite ao ministro-chefe de Segurança Institucional, general Jorge Amando Félix, para prestar esclarecimentos sobre o acompanhamento de ONGs, com atuação no Brasil, que tenham direitos de origem estrangeira.

Presidente do BC diz que Brasil apresenta resistência para enfrentar processo de desaceleração mundial que poderá ocorrer em 2008

Meirelles defende prudência na fixação da taxa de juros

Ao analisar o cenário econômico do país, em debate no Congresso Nacional, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, afirmou ontem que o Brasil, com seu setor financeiro, passou muito bem pela crise de insolvência provocada pelas quebras no mercado imobiliário norte-americano. Ele salientou que o país não está completamente imune aos “solavancos” do setor externo, mas ainda assim apresenta resistência para enfrentar processo de desaceleração mundial que acredita estar a caminho em 2008.

No debate com parlamentares da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e das comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE), do Senado, além de comissões técnicas da Câmara dos Deputados, Meirelles justificou a necessidade de prudência na fixação dos



José Maranhão (D) acompanha palestra de Henrique Meirelles na CMO

juros. Ele afirmou que a decisão deve ser orientada, primordialmente, com base em informações ou incertezas em relação ao futuro. A seu ver, a inflação passada e atual em nada influi sobre tal decisão.

CPMF

Ao avaliar impactos monetários e fiscais diante da hipótese de não-renovação da CPMF, o presidente do BC disse que, se o setor público deixar de contar com essa fonte de receita, haverá necessidade obrigatória de rever as despesas. Ele descartou a hipótese de que, à falta da CPMF, o

governo acabe por sacrificar a política de superávit. Segundo Meirelles, o superávit é condição para que a dívida pública continue a cair na proporção do produto interno bruto (PIB) e, assim, evitar mais adiante a elevação dos juros.

Sobre o desempenho do BC no primeiro semestre, comentou que a instituição fechou balanço com prejuízo de R\$ 1,085 bilhão. Observou que o resultado negativo é gerado pela valorização do real, mas tem como contrapartida benefícios para as contas do Tesouro Nacional.

“Consumidor deve evitar cheque especial”

Henrique Meirelles afirmou, na audiência pública, que os consumidores devem evitar o uso do cheque especial para financiar gastos rotineiros. Segundo ele, empréstimos nessa linha de crédito – a mais onerosa para os clientes – só devem ser tomados em último caso, diante de situação de emergência. Mesmo nessa hipótese, sugeriu que as pessoas busquem logo em seguida zerar a dívida, por meio de empréstimo atrelado a linhas de crédito de menor custo.

O presidente do BC foi instado a explicar por que os juros, na ponta do crédito, não observam o mesmo ritmo de queda da taxa Selic – a taxa básica de juros da economia, reduzida continuamente por dois anos, trajetória só interrompida

na última reunião do Conselho de Política Monetária (Copom), quando foi mantida em 11,25% ao ano.

– Não há dúvida de que as taxas de juros ainda têm muito espaço para cair – disse Meirelles, depois de citar medidas que podem contribuir para esse objetivo.

Competição

Para o presidente do BC, a solução passa pela maior competição entre os bancos, sobretudo a partir de medidas que garantam aos clientes a possibilidade de decidir livremente pela instituição que lhe ofereça taxas mais vantajosas. Citou o mecanismo da portabilidade do crédito como uma das alternativas que devem ser implantadas. A medida consiste em garantir aos brasileiros, como já ocorre

em diversos países, o direito de transferir informações cadastrais positivas de um banco a outro.

Uma segunda medida, segundo o presidente do BC, envolve estender ao setor privado o mecanismo da conta-salário. Ou seja, o direito hoje já assegurado aos funcionários públicos de transferir para um segundo banco, de sua escolha e sem pagar tarifas, o salário depositado pela fonte pagadora. Meirelles informou ainda que o BC e o Conselho Monetário Nacional (CMN), ao lado de outras áreas do governo, estão trabalhando em projeto que se destina a ampliar o grau de transparência nas informações sobre tarifas bancárias, inclusive com a padronização de nomenclaturas.



Aloizio Mercadante cita números da indústria e da agricultura

Mercadante destaca melhores índices econômicos

“Os indicadores setoriais dos principais segmentos da indústria e da agricultura, que agora chegam a público, apresentam um ano como há muito tempo o país não tinha”, comemorou o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), ao citar o resultado apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a respeito da venda de diversos produtos nos últimos 12 meses.

Segundo Mercadante, o crescimento nas vendas de automóveis atingiu 27%, “um recorde histórico talvez apenas semelhante ao resultado apresentado em 2004”. As concessionárias de caminhões venderam 34% a mais nos últimos 12 meses, “e o governo estuda novas formas de financiamento para atender a demanda crescente” por esse tipo de veículo.

Produção agrícola

O senador lembrou que o crescimento das vendas de caminhões sinaliza um aumento no volume de cargas transportadas pelas estradas brasileiras e, portanto, uma melhoria nos resultados obtidos pelos produtores agrícolas e no desempenho das empresas que escoam seus produtos pela via rodoviária. Ele acrescentou que o aumento na venda de motocicletas foi de 37% e a venda de cimento, também nos últimos 12 meses, cresceu 15%, sendo que, deste total, 8,9% apenas em 2007.

Mercadante observou ainda que o Brasil está entrando em um ciclo de crescimento sustentável, com controle da inflação, melhora nas contas externas e também nos indicadores de venda e de geração de empregos.

Geraldo Magela



Serys diz que medida facilitará investimento em infra-estrutura

Serys afirma que Reidi impulsionará a geração de emprego e renda

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) afirmou que a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de implantar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) é um importante passo para os empresários que querem investir, crescer, expandir seus negócios e gerar emprego e renda.

– Esse processo simplificado de habilitação aos incentivos tributários do Programa de Aceleração do Crescimento poderá ser feito por meio da internet, o que garante mais agilidade, mais facilidade e menos burocracia no encaminhamento, análise e aprovação do benefício fiscal – disse a senadora.

Serys explicou que o Reidi contribuirá para a redução da carga tributária de forma adequada e virtuosa, já que estimula diretamente os investimentos em infra-estrutura. Ela destacou que, somente em Mato Grosso, estão sendo investidos R\$ 574,5 milhões em obras de saneamento e urbanização de bairros periféricos

dos municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Sinop.

De acordo com a senadora, a renúncia fiscal decorrente do Reidi deverá atingir, em 2007, aproximadamente R\$ 1,6 bilhão. Em 2008, a previsão é de um total de R\$ 2,8 bilhões no conjunto dos projetos beneficiados com os incentivos fiscais, acrescentou.

Expedito quer servidor de RO a cargo da União

Expedito Júnior (PR-RO) apelou ontem, da tribuna, aos deputados federais para que analisem com rapidez a proposta de emenda constitucional de autoria da senadora Fátima Cleide (PT-RO) que transfere os servidores do estado de Rondônia para os quadros da União.

O senador atribuiu a falta de interesse dos deputados para votar a proposta (PEC 87/03) a pressões do governo federal, preocupado com a previsão de desembolso mensal da ordem de R\$ 30 milhões no caso de aprovação da matéria.

César Borges festeja êxito da Ford na Bahia

César Borges (PR-BA) comemorou da tribuna a marca de um milhão de automóveis produzidos na Bahia pela Ford, desde a inauguração da sua fábrica, em outubro de 2001. Para o senador, trata-se de um marco histórico para o desenvolvimento industrial do estado.

De acordo com César Borges, a empresa gera cerca de 9 mil empregos diretos e aproximadamente 50 mil postos de trabalho indiretos. O parlamentar destacou que a Ford baiana é a única indústria automobilística do Norte e Nordeste do país.

Proposta que isenta de ITR toda área preservada passa em comissão

Conforme projeto, que será submetido agora a decisão terminativa da CAE, concessão do benefício independe do reconhecimento de “interesse ecológico” pelo órgão competente

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem parecer favorável a projeto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que isenta do Imposto Territorial Rural (ITR) as áreas preservadas além do limite exigido pela legislação atual. Hoje, para a isenção, a lei exige declaração oficial de “interesse ambiental” da área sob preservação.

O relator da matéria (PLS 304/07), senador Osmar Dias (PDT-PR), disse que havia recusado sugestão da liderança do governo para adiar a leitura do parecer. Argumentou que a proposta tramita no Senado há bastante tempo e chegou a hora de colocá-la em votação. O projeto seguirá para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votado em decisão terminativa.

A proposição visa excluir das



Senadores da CRA debatem iniciativa que visa estimular áreas sob preservação

hipóteses de incidência do tributo toda e qualquer área preservada, independentemente do reconhecimento do “interesse ecológico” pelo órgão competente, explicou Osmar Dias no parecer.

– Entendemos que exigir a ratificação da necessidade de preservação ambiental por um órgão governamental, além de configurar excesso de burocracia, é desnecessário, pois não há dúvidas de que o incremento de áreas sob preservação será bem-

Célio Azevedo

vindo.

Os senadores Cícero Lucena (PSDB-PB), Jonas Pinheiro (DEM-MT) e Augusto Botelho (PT-RR) manifestaram-se favoráveis ao projeto.

Irrigação

A comissão também aprovou parecer de Jonas Pinheiro a aviso do Tribunal de Contas da União (TCU) solicitando aos presidentes do

Congresso Nacional e da Comissão Mista de Orçamento (CMO) que atente para a previsão, na lei Orçamentária Anual, do mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação para a região Centro-Oeste. Esse percentual é previsto no artigo 42, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição.

No relatório, Jonas Pinheiro solicita informações ao Ministério do Planejamento relativas ao descumprimento de dispositivos constitucionais.

CRA vai debater compra de terra por estrangeiros

Os ministros da Justiça, Tarso Genro, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, serão convidados para discutir, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), as questões legais relativas à compra de terras no país por estrangeiros. Requerimento propondo a audiência, de iniciativa dos senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), foi aprovado ontem pelo colegiado. Também serão convidados representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Advocacia Geral da União.

A proposição recebeu apoio de senadores de vários partidos, como César Borges (PR-BA) e Osmar Dias

(PDT-PR), que defenderam os investimentos estrangeiros na agricultura brasileira.

Preocupação

Antônio Carlos Valadares explicou que a proposta da audiência pública surgiu como uma resposta à preocupação com o grande interesse de fundos de investimentos e de grandes corporações multinacionais pela aquisição de terras no Brasil.

– O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou recentemente uma reportagem sobre o lado visível deste movimento de compra de terras do Brasil associado a vários projetos e interesses – informou Valadares.

Segundo a matéria citada pelo senador, na região em torno do mu-

nícipio de Luiz Eduardo Magalhães, no oeste da Bahia, já na década de 1990 fazendeiros americanos começaram a comprar terra para produzir milho, soja, algodão. Agora, já estão chegando australianos, holandeses e fazendeiros de nacionalidades diversas, informa a reportagem.

Valadares disse que lhe chamou a atenção, ainda, a compra de 19 mil hectares de terras no Paraná por empresas americanas, sob a alegação de preservação ambiental.

– Sabemos também do interesse de grupos estrangeiros por investimentos na produção de combustíveis alternativos, em cujo centro o Brasil se situa com a tecnologia para a produção de álcool – frisou o parlamentar.

Paim defende direitos do comerciário

Ao lembrar a comemoração, ontem, do Dia do Comerciário, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que os direitos trabalhistas desses profissionais correm risco, com imposições como a obrigação de trabalho aos domingos, e defendeu a aprovação de projeto de sua autoria que regulamenta a atividade.

O projeto (PLS 115/07), que está pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), estabelece que o trabalho fora do expediente normal, de segunda a sexta-feira, dependeria de acordo coletivo.

Papaléo faz apelo em favor das mulheres

Papaléo Paes (PSDB-AP) comentou o relatório *Violência contra a Mulher no Amapá*, elaborado anualmente pelo governo do estado, revelando o aumento do número de casos de violência contra mulheres. Ele cobrou do Executivo estadual a adoção de medidas urgentes para a redução do problema.

Segundo o estudo citado pelo senador, em 2004 foram registrados 21,9 mil casos de violência contra mulheres no estado do Amapá. Em 2005, o número subiu para 30,6 mil, chegando a 31,4 mil em 2006.